



RESUMO EXECUTIVO

Educação Especial nas Capitais Brasileiras

Mapeamento de Políticas e Práticas das Redes Municipais de Ensino

2026



Este relatório é resultado de um mapeamento conduzido pelo **CONSEC** - por meio da Comissão Temática de Educação Especial, formada por técnicos das secretarias de educação das capitais -, em parceria com o **Todos Pela Educação** e **Instituto Alana**, sobre políticas e práticas de Educação Especial nas capitais brasileiras. O levantamento combinou duas frentes complementares: um questionário aplicado em todas as 26 capitais; e entrevistas realizadas com gestores responsáveis pela Educação Especial nas secretarias municipais de Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. O objetivo é compartilhar os caminhos que as capitais têm construído e ampliar o repertório disponível aos gestores municipais.

Nos últimos anos, o número de estudantes da Educação Especial tem crescido significativamente. As 26 redes municipais de ensino das capitais reúnem 3,3 milhões de matrículas na educação básica, sendo 230.328 (aproximadamente 7%) de estudantes-público da Educação Especial, o que representa 11% das matrículas desta modalidade em todo o país. O cenário traz novos desafios para as redes, que têm contextos e capacidades institucionais diferentes para responder a essa demanda.

Mensagens-Chave

PANORAMA GERAL

- **A demanda segue em forte expansão:** as matrículas da Educação Especial saltaram de 115.216 em 2021 para 230.328 em 2026. Estudantes com TEA representam 54% desse número hoje.

- **O AEE está presente em todas as redes municipais das capitais, mas sua distribuição ainda é desigual:** cerca de 80% das unidades escolares oferecem AEE, no entanto, apenas 35% das redes já conseguiram universalizar essa oferta em todas as escolas.
- **Os instrumentos individuais já são prática consolidada, com o Estudo de Caso como base comum:** entre as 26 capitais, 22 redes, elaboram o Estudo de Caso, 22 o PEI e 23 o PAEE, de forma sistemática. A maioria (17) combina os três instrumentos simultaneamente (65%).
- **A formação continuada é oferecida de forma regular pela maioria das redes:** 23 das 26 redes (88%) ofereceram formação continuada em Educação Especial de forma regular nos últimos dois anos. Entre os temas abordados, destaca-se a relação com as famílias, presente em 46% das redes.
- **A judicialização é um desafio recorrente ligado aos profissionais de apoio:** 24 das 26 redes (92%) enfrentam, em algum grau, demandas judiciais pela oferta de profissional de apoio escolar – sendo 18 redes (69%) de forma frequente e 6 (23%) de forma pontual. O novo Decreto pode ajudar a mitigar essas disputas ao reforçar que a definição de apoios é uma decisão pedagógica.

COMO AS CAPITAIS ORGANIZAM O ATENDIMENTO

- **O fluxo de atendimento é comum a todas as redes:** matrícula, estudo de caso, definição de apoios e planejamento individualizado (PEI/PAEE). A convergência é anterior à regulamentação nacional – o Decreto nº 12.686/2025 encontrou instrumentos já em uso.
- **A Sala de Recursos Multifuncionais é o espaço central, mas não o único:** utilizada por todas as 26 capitais, combina-se ao atendimento itinerante (10 redes), instituições conveniadas (9), centros especializados da própria rede (7) e espaços pedagógicos adaptados (5).
- **O contraturno predomina, com alternativas possíveis:** 19 redes (73%) ofertam o AEE no contraturno, 5 em formato misto e 2 dentro do turno regular em co-docência. Sete redes não oferecem transporte nem alimentação para o atendimento no contraturno.
- **A formação continuada é regular e concentrada nos instrumentos:** 23 das 26 redes ofertam formação de forma regular, com foco majoritário em instrumentos e fluxos – PEI (22 redes), gestão da inclusão (21) e estudo de caso (20).
- **A participação das famílias se concentra no início do fluxo:** todas as 26 redes as envolvem no estudo de caso, mas apenas 4 na designação e revisão dos apoios – justamente a etapa que concentra as demandas judiciais.

DESTAQUES DAS REDES

As seis redes entrevistadas construíram soluções distintas para problemas semelhantes. Os destaques a seguir reúnem, para cada uma delas, os elementos com maior potencial de aproveitamento por outras redes. Cada prática está ancorada em condições institucionais específicas e sua adoção exige adaptação, não replicação.

Belo Horizonte

- Presença de professor de AEE em todas as escolas, independentemente da existência de SRM, o que desvincula a oferta do atendimento da disponibilidade de espaço físico específico.

- Estrutura de governança que reúne, em uma única subsecretaria, Educação Inclusiva, equidade e intersectorialidade.
- Encontros mensais com famílias de estudantes com TEA, criando canal permanente de escuta para o grupo que mais cresce nas matrículas.

Goiânia

- Centros Municipais de Apoio à Inclusão próprios, que oferecem retaguarda especializada sem transferir a responsabilidade pelo atendimento para fora da rede.
- Controle de frequência em sistema próprio, com acionamento da família a partir de três faltas – resposta direta ao desafio comum de evasão do AEE no contraturno.
- Extensão da formação continuada às instituições conveniadas, e não apenas à equipe própria.

Porto Alegre

- AEE na Educação Infantil realizado dentro da sala regular, no próprio turno, em articulação com o professor da sala comum – arranjo que evita o deslocamento de crianças pequenas no contraturno.
- Salas de recursos especializadas organizadas por polo, que permitem manter atendimento específico sem exigir estrutura própria em cada escola.
- Tratamento da escola especial como espaço de transição, com previsão explícita de retorno à escola comum.

Recife

- Critérios de nível de suporte normatizados em decreto municipal construído junto ao Ministério Público.
- Relatório Técnico Pedagógico que consolida PEI e PAEE em um único instrumento de leitura, discutido em Conselhos Pedagógicos.
- Programa “Educação que Protege”, que institucionaliza a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas.
- Momento estruturado de diálogo entre professor de AEE e professor da sala comum dentro da jornada de formação.

Rio de Janeiro

- Instituto Helena Antipoff como estrutura própria e permanente de formação especializada.
- Módulo obrigatório de Educação Especial na certificação de diretores, que insere o tema na formação da gestão escolar e não apenas na dos especialistas.
- Conselho de responsáveis com representação por escola e por regional, com reuniões mensais – arranjo institucionalizado de participação das famílias.

São Paulo

- Modelo descentralizado: Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAIs) regionais com Professores de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (PAAIs) itinerantes, que levam apoio especializado às escolas sem exigir SRM em cada unidade.
- Possibilidade de combinação simultânea de AEE no contraturno e AEE colaborativo em co-docência para o mesmo estudante.

- Autonomia formativa das regionais, com grupos de trabalho temáticos.
- Acordos formais com Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

APRENDIZADOS TRANSVERSAIS

- **Critérios claros e normatizados:** As redes que relatam menor judicialização são aquelas com maior clareza sobre quem tem direito a quê, formalizada em norma própria e construída em diálogo com os órgãos de controle.
- **O professor do AEE como eixo da política:** Nas seis redes, o professor de AEE é o profissional central da política de Educação Especial, concentrando formação continuada regular e apoio das equipes regionais.
- **Equipes regionais dedicadas:** Estruturas territoriais com responsabilidade específica sobre Educação Especial e rotina de visitas às escolas aparecem como condição prática de implementação da política.
- **Sistemas de informação digital:** Todas as redes possuem ou estão implantando sistemas de gestão digital dos instrumentos individuais, com ganhos em monitoramento e em acesso à informação.
- **Acolhimento e diálogo como prevenção:** A relação próxima com as famílias é apontada como fator de aumento da confiança na escola e de redução de conflitos e litígios (a principal pauta das demandas judiciais é o profissional de apoio individualizado).
- **Padronização de fluxos com apoio à escola:** Redes que padronizaram instrumentos e fluxos combinaram essa padronização com oferta de mais apoio técnico aos profissionais das unidades escolares.
- **Busca de alternativas ao contraturno:** A dificuldade de garantir a frequência dos estudantes no contraturno levou as redes a testar modalidades no turno - retirada do estudante em momentos alternados ou trabalho colaborativo do professor de AEE em sala de aula.

RECOMENDAÇÕES

- **Deslocar parte do esforço de formação continuada** dos instrumentos e fluxos para a dimensão pedagógica do atendimento, incluindo acessibilização curricular, estratégias de monitoramento e avaliação da aprendizagem dos estudantes e trabalho colaborativo entre professores do AEE e regente;
- **Normatizar critérios de designação de apoio em ato próprio**, construído em diálogo com os órgãos de controle, como forma de dar previsibilidade às decisões pedagógicas;
- **Ampliar a participação das famílias além da escuta inicial**, alcançando a etapa em que os suportes são definidos, que é hoje a de menor envolvimento em todo o fluxo.
- **Institucionalizar os fluxos de articulação com saúde e assistência social**, formalizando protocolos de encaminhamento e responsabilidades entre as pastas.
- **Fortalecer o uso de dados e consolidar sistemas de informação** que permitam monitorar frequência, desempenho e revisão de instrumentos pedagógicos de maneira integrada.